

UMA ANÁLISE TEÓRICA E EMPÍRICA DO CRIME NA GEOGRAFIA E EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A THEORETICAL AND EMPIRICAL ANALYSIS OF CRIME IN GEOGRAPHY AND APPLIED SOCIAL SCIENCES

Luciano Pereira da Silva¹
Ivanilton José de Oliveira²
Carlos Eduardo Gomes³

¹ Instituto Federal de Brasília (IFB). E-mail: lucianosrp@gmail.com

² Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: oliveira@ufg.br

³ Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: cegomes90@gmail.com

RESUMO: A criminalidade é um fenômeno humano que se vincula aos estudos da Geografia. Neste contexto, o artigo objetiva apresentar uma visão epistemológica do crime em retrospecto dos estudos teóricos e empíricos no âmbito da Geografia e de ciências sociais aplicadas, com ênfase na espacialização do crime, suas relações sociais e seus determinantes. Metodologicamente, envolveu-se revisão de literatura, baseada em análise quali-quantitativa de publicações em quatro periódicos, com Qualis em Geografia, e em anais de eventos sobre criminalidade. Ressalta-se a existência de correlação positiva entre taxa de crimes patrimoniais e Produto Interno Bruto per capita, densidade demográfica e coeficiente de Gini.

Palavras-chave: Geografia do crime. Criminalidade. Espacialização. Problemas urbanos.

ABSTRACT: Criminality is a human phenomenon that is linked to the studies of Geography. In this context, the article aims to present an epistemological view of crime in retrospect of theoretical and empirical studies in the scope of Geography and applied social sciences, with emphasis on the spatialization of crime, its social relations and its determinants. Methodologically, a literature review was involved, based on qualitative and quantitative analysis of publications in four journals, with Qualis in Geography, and in annals of events on crime. It is noteworthy the existence of a positive correlation between the rate of property crimes and Gross Domestic Product per capita, demographic density and Gini coefficient.

Keywords: Geography of crime. Crime. Spatialization. Urban problems.

Sumário: Introdução – 1 Uma visão epistemológica do crime na geografia – 2 Abordagens empíricas do crime - Geografia e Ciências Sociais – 3 A criminalidade nos trabalhos publicados no Brasil – Considerações – Referências.

INTRODUÇÃO

Os fenômenos estudados pela Geografia têm como principal foco a ação humana, a partir da interação sociedade-espço. A Geografia já estudava o homem e suas particularidades antes de suas relações com a terra se tornarem o cerne desta ciência (RATZEL, 1990). A Geografia busca entender as relações humanas por meio do elo homem-natureza, bem como o seu comportamento geográfico, que se traduz pelos sentimentos e ideias a respeito de espaço e lugar (TUAN, 1982).

O conceito de humanismo se refere a uma perspectiva de análise das ações humanas que inclui os estudos da humanidade no cerne das discussões da

Geografia (TUAN, 1976). Assim como outras ciências, é possível apresentar um objeto de estudo próprio, caso se queira dar características próprias e autônomas à geografia. Os objetos que interessam à esta ciência não são objetos móveis e imóveis, entre os quais se podem citar as cidades, ruas e rios (SANTOS, 2006).

Os objetos, denominados de geográficos, se enquadram tanto aos estudos da Geografia Física como da Geografia Humana. A partir da história destes objetos e da forma como foram produzidos e mudam, essas duas vertentes do pensamento geográfico se encontram. Os objetos são constituídos de tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Isso decorre, pois objetos e ações são reunidos em uma lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada e a lógica da atualidade (SANTOS, 2006). Ou seja, a significação geográfica e o valor geográfico dos objetos se justificam pelo fato de que ao serem contíguos e formarem uma extensão contínua, desempenham importante papel nos processos sociais.

Um dos fenômenos humanos que tem sido objeto de preocupação social e da Geografia, dadas as repercussões negativas a ele associadas, é a criminalidade. Este é o cerne do presente trabalho, organizado com base em revisão da literatura, objetivando apresentar a epistemologia do crime em um retrospecto dos estudos teóricos e empíricos vinculados a Geografia e ciências sociais aplicadas, com ênfase na espacialização do crime, suas relações sociais e seus determinantes.

Para tanto, os procedimentos metodológicos envolveram análises qualitativa de quatro periódicos brasileiros com boa classificação no Qualis na área de Geografia: Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE - Qualis A2), além do Boletim Goiano de Geografia, GEOUSP e Mercator, com Qualis A1. O recorte temporal foi entre 2008 e 2017. Foram pesquisados, ainda, trabalhos publicados em anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ABER) e do Encontro Nacional da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), eventos que apresentam estudos sobre a criminalidade.

1 UMA VISÃO EPISTEMOLÓGICA DO CRIME NA GEOGRAFIA

Os estudos sobre crime em ciências humanas e na Geografia, não são recentes. Os estudos aparecem em diversos campos da Geografia Humana, como:

a Geografia Cultural, a Geografia Urbana e a Geografia Econômica, sendo que a utilização de métodos quantitativos se destaca nos trabalhos que tentam correlacionar os crimes com características espaciais, principalmente nas análises urbanas. A espacialização nesses trabalhos está baseada na aplicação de estatísticas espaciais e/ou no uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

A Geografia do crime/violência deve ser analisada a partir da construção de debates em que o crime é analisado em três dimensões: a social, considerando questões de exclusão, fatores étnicos e o controle social frente aos problemas gerados pelo crime; a demográfica, aborda os perfis de vítimas e criminosos e; a espacial, engloba questões de ocupação do espaço e as formas de percepção e de organização espacial que aliam a dinâmica da criminalidade (FELIX, 2012).

O crime pode ser considerado um objeto de estudo multidisciplinar e interdisciplinar, pelas suas implicações para a sociedade e para a ciência. Na Geografia, a criminalidade foi objeto de estudo de vários pesquisadores no decorrer do tempo, o que constituiu sua episteme. No entanto, para além do debate a Geografia radical versus Geografia liberal e, considerando que várias teorias elucubram sobre o crime na Geografia, esse texto discorrerá com maiores detalhes sobre a teoria da desorganização social e suas nuances.

Entre o final do século XIX e início do século XX, os estudos sobre mapeamento de crimes e a aferição de padrões geográficos de criminalidade tiveram grandes contribuições da chamada Escola de Chicago. Essa corrente era composta por sociólogos da Universidade de Chicago, que investigaram os vínculos entre o crescimento excessivo e desordenado da cidade de Chicago, entre os anos de 1860 e 1910, e os problemas urbanos relacionados à criminalidade.

A cidade de Chicago recebia imigrantes de diversos lugares do mundo, sobretudo da Europa e foram registrados aumentos demográficos potencializados por expressiva diversidade cultural, que proporcionou problemas sociais, inclusive os de caráter criminal. As primeiras pesquisas desenvolvidas de grande importância na Escola de Chicago foram consolidadas nos anos 1920, com os trabalhos desenvolvidos por Robert Park e Ernest Burgess e, nos anos 1940, por Clifford R. Shaw e Henry D. McKay (VOLD; et al, 1998).

Na obra *The City*, de Park, et al. (1925), os autores criaram a 'Teoria da Ecologia Urbana', na qual a ligação com a ecologia tem relação direta com a

definição dada nas ciências biológicas, em que a interação do homem com o meio ganha o centro das discussões e traz um conceito de cidade na qual são vistas como ambientes governados por forças da evolução darwiniana e compostas por ecossistemas naturais que são afetados pelas interações com o homem. A cidade é o *habitat* natural do homem civilizado e onde exerce sua identidade e sua cultura.

O capítulo I desta obra apresenta conceitos da ecologia, onde a cidade representava um organismo vivo, que cresce, invade determinadas áreas, as domina e expulsa outras formas de vida. Representava a luta por recursos urbanos escassos que levou à competição entre grupos e à divisão do espaço urbano em nichos ecológicos distintos, onde as pessoas compartilhavam características sociais semelhantes porque estavam sujeitas às mesmas pressões ecológicas. É nesse contexto que a cidade se torna ponto de discussão e de debates sobre suas relações com a criminalidade e a segregação espacial (PARK, et al, 1925).

O surgimento da Escola de Chicago e a discussão da violência ocasionada por crescimentos demográficos urbanos traz à tona o debate sobre a cidade como centro ou núcleo das ações sociais, ou seja, o desenvolvimento industrial, econômico e financeiro dos Estados Unidos, frente a um período de conflitos e estagnação econômica europeia, ocasionaram fortes ondas de migração e situação como a que ocorreu em Chicago, no início do século XX, de expansão urbana e solidificação da industrialização, gerando diversas mudanças demográfica, econômica e espacial. Nesse sentido, a cidade se tornou um ambiente propício a desigualdades e desníveis sociais que caracterizaram o aumento da criminalidade.

A competição por espaço e recursos levou à diferenciação do espaço urbano em zonas, com áreas mais desejáveis e gerando aluguéis mais altos. Como eles se tornaram mais prósperos, pessoas e empresas se afastaram do centro da cidade em um processo chamado sucessão, termo emprestado da ecologia vegetal. Destaca-se o modelo conhecido como teoria das zonas concêntricas, o qual previa que as cidades assumiriam a forma de cinco anéis concêntricos, com áreas de deterioração social e física concentradas perto do centro da cidade, e áreas mais prósperas localizadas perto da orla da cidade (PARK, et al, 1925).

Nessa teoria, o centro da cidade era chamado de *loop* e definia a Zona I, marcada por ser um centro comercial/industrial; a Zona II, mais antiga e degradada da cidade, formava a chamada zona de transição, habitada pela população mais

pobre, que não pode adquirir moradias melhores; e as demais quatro zonas eram distribuídas de acordo com a ascensão de classes, sendo a Zona V, composta pelas classes altas. No entanto, nenhuma cidade foi planejada para isso, ou seja, para um modelo de cidade baseado em uma centralidade segregadora e desigual.

No caso de Chicago, as condições impostas pela vida urbana, em que pessoas, individual ou em grupos, moravam juntos, em condições de interdependência, faziam com que as normas de controle social fossem fortemente alteradas. As dificuldades aumentaram, e surgiu um problema, denominado 'assimilação', que supunha que o motivo do rápido aumento do crime se devia ao fato de que os estrangeiros não conseguiam assimilar a cultura americana e não estavam em conformidade com seus costumes, os crimes de primeira geração. Os de segunda geração seriam os que tinham relação indireta com a imigração, as crianças, filhos de imigrantes que adquiriam a nacionalidade. Ou seja, a criminalidade adviria de um problema de desorganização social (PARK, et al, 1925).

Outros pesquisadores da Escola de Chicago defendiam que a desorganização da cidade, poderia incidir, também, nos bairros pobres, onde residia a maior parte dos imigrantes (SHAW; MCKAY, 1942). Nesses bairros, as condições de vida eram péssimas, as pessoas viviam próximas às indústrias, convivendo com mau cheiro, lixo e degradação, o que gerava condições favoráveis para o cometimento de crimes.

A criminalidade estava distante de uma simples intervenção urbana, mas necessitaria de um controle social informal (PARK, et al, 1925). Ou seja, o controle social surge em resposta a influências pessoais e sentimentos públicos. É o resultado de uma acomodação pessoal, em vez da formulação de um princípio racional e abstrato. Assim, instituições como: igreja, escola e família, são de suma importância para exercer tal controle. Pois em grandes centros urbanos parte da população é tida como instável, onde pais e filhos estão empregados fora de casa e muitas vezes em partes distantes da cidade e várias pessoas vivem lado a lado por anos sem sequer se conhecerem, e nesse cenário, de relações íntimas enfraquecidas, que a ordem moral que reina sobre eles é dissolvida gradualmente.

Sob a influência dos imigrantes, há novos integrantes na cidade e a maioria das instituições tradicionais foi modificada, como igreja, escola e família. A escola, por exemplo, assumiu funções da família. É em torno da escola pública e sua

defesa pelo bem-estar moral e físico das crianças que algo como um novo espírito de vizinhança e comunidade tende a se organizar. A igreja, mesmo perdendo grande parte da sua influência, ainda pode se submeter a um processo de reajuste às novas condições urbanas. É importante que as instituições sejam estudadas do ponto de vista de reajuste das condições de vida na cidade (PARK, et al, 1925).

Shaw; Mckay (1942), utilizando a teoria das zonas concêntricas de Park, et al. (1925), tentaram buscar evidências de criminalidades por critérios de vizinhança entre as zonas e pelo perfil social dos imigrantes. A análise da delinquência juvenil, buscou investigar a criminalidade em zonas concêntricas por meio de técnicas estatísticas, verificando que a Zona II apresentava o maior índice de criminalidade e, quanto mais afastada dos centros fosse a zona havia menor o índice de criminalidade e as áreas com taxas altas tendiam a ser as mais industrializadas e, atraíram novas populações de imigrantes, e as que as taxas de crimes aumentaram mais rapidamente foram aquelas de grande mudança populacional.

Assim, existia uma tendência que um tipo de criminalidade ocorra naquelas áreas, mas a delinquência não é causada pelo simples fato da localização geográfica. As taxas de criminalidade estão diretamente relacionadas com a proximidade do centro: quanto mais próximo deste, mais elevadas, contribuindo para o fenômeno da ruptura dos instrumentos de controle que levam à desorganização social. Essa teoria foi difundida pela Escola de Chicago e tenta explicar o componente espacial do crime, obteve importância e serve de suporte teórico nas pesquisas de mapeamento e espacialização de crimes até hoje. Porém, recebeu críticas e foi motivo de debates epistemológicos nos estudos da Geografia. Um deles foi a discussão ocorrida entre Harries (1971), Lee (1975), Peet (1975; 1976) e Phillips (1975), intitulado de Geografia radical versus Geografia liberal.

Entretanto, os trabalhos continuaram sendo atualizados por pesquisadores da Universidade de Chicago. Na década de 1970, destacam-se trabalhos como os de Harries (1971), que fez um mapeamento de crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio nos Estados Unidos, para o ano de 1968, que destacou o predomínio do Sul do país em termos de homicídios. Nos crimes contra o patrimônio, o roubo e o furto de mais de cinquenta dólares e roubo de automóveis foram os mais frequentes. Estados altamente metropolitanos, como Nova York, exibiram taxas mais altas de criminalidade.

No trabalho intitulado *Spatial Aspects of Violence and Metropolitan Population*, Harries (1973) reforça a tese de que as discussões de criminalidade estão à margem dos estudos da Geografia. E em seguida apresenta novo estudo da criminalidade nos Estados Unidos, no qual emprega a correlação estatística para relacionar taxas de crimes com variações populacionais, concluindo que as maiores cidades respondem pela maioria dos crimes violentos, caracterizando-os, como problema de cidade grande. Para o autor, as variações culturais podem afetar atitudes em relação à violência, cuja distribuição espacial parte consideravelmente da dependência da massa populacional.

Em 1975, Harries apresenta um trabalho mais robusto, em que utiliza a teoria ecológica do crime e faz uma análise do crime em regiões metropolitanas americanas, para tentar compreender a sua causalidade e seus padrões geográficos. As variáveis foram classificadas em um contexto físico (área, tamanho da população e similares), de *status* minoritário, de situação demográfico, de nível socioeconômico, e de recursos alocados por força de lei.

O contexto físico foi visto como um indicador de oportunidade de crime de propriedade, no sentido de que quanto maior a cidade, maior o conjunto de propriedades constituía possíveis alvos. O *status* minoritário apresentava hipóteses de que, por meio de processos de discriminação, os meios legítimos de satisfazer objetivos econômicos são inibidos, resultando na adoção de meios ilícitos.

O *status* demográfico, estava diretamente relacionado à idade da população, sendo considerado um indicador da extensão em que população possa estar dentro dos limites de idade que são indicados como suscetíveis à prisão. O *status* socioeconômico foi entendido a partir da hipótese de que a oportunidade para crimes contra a propriedade será mais alta onde o padrão de vida é alto, ao passo que há aumento do incentivo ao crime contra a pessoa onde o padrão de vida é baixo. Os recursos atribuídos à aplicação da lei sugerem até que ponto uma comunidade está disposta a fornecer apoio à aplicação da lei.

Harries (1975) utilizou o método de correlação canônica para explicar as relações entre os conjuntos de variáveis contidas nos *status* determinados. Os resultados estatísticos indicaram: maiores incidências de roubos em áreas com maior população de negros; as áreas com altos índices de empregos advindos da indústria apresentaram taxas baixas de crimes; cidades constituídas por

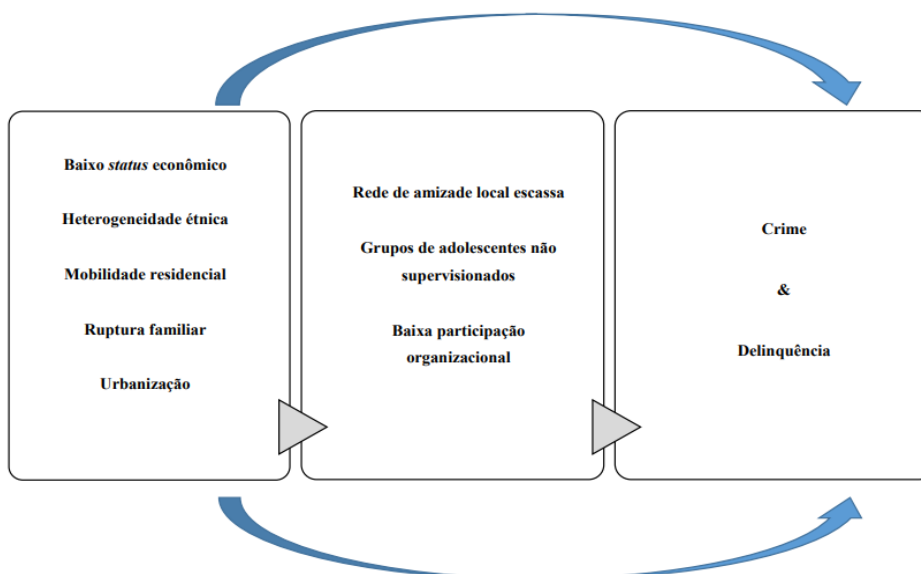
americanos nativos e com empregos estáveis, mas com altas taxas de assalto, tendiam a ter taxas menores que as com populações negras e níveis de renda abaixo da média.

Um quarto par de vetores canônicos se relacionou fracamente à medida criminal, incluindo furto e roubo de automóveis, e parâmetros socioeconômicos que refletem baixa renda e habitação lotada. Os vetores finais, relacionados principalmente ao assalto e roubo de automóveis, considerando os critérios de idade da população entre preditores, também, acrescentaram pouca explicação estatística, mas ilustraram a relação inversa esperada entre a idade e taxa de crime.

Conforme observado nesses estudos discutidos anteriormente, os pesquisadores que estudam a espacialização do crime e seus determinantes com base na teoria da Escola de Chicago, geralmente utilizam variáveis como área, local de moradia, contrastes regionais, composição familiar, urbanização e heterogeneidade étnica, para correlacioná-las à criminalidade no espaço. Nas últimas décadas, a partir dos anos de 1980, os trabalhos de Geografia do crime que se baseiam na teoria da desorganização social acrescentaram novos indicadores e variáveis nas discussões.

Para Sampson; Groves (1989), as ideias iniciais da Escola de Chicago trouxeram muitas contribuições para o estudo do crime na Geografia, porém o trabalho de Shaw; Mckay (1942) havia deixado duas lacunas a serem resolvidas. Assim, estes autores introduziram a delinquência no debate de criminalidade em áreas urbanas e fortaleceram a discussão sobre a presença da estrutura social comunitária, contudo, nos trabalhos produzidos até a década de 1980, segundo Sampson; Groves (1989), esses indicadores não se mostravam claros na hora de mensurá-los e analisá-los – e esse seria o primeiro gargalo. O segundo, seria o fato dos estudos iniciais terem uma forte dependência de dados oficiais, isto é, dados secundários fornecidos por órgãos governamentais.

Nesse sentido, Sampson e Groves (1989), no trabalho *Community structure and crime: testing social disorganization theory*, apresentaram soluções para os pontos, que segundos eles, não haviam sido resolvidos nas pesquisas de Shaw e Mckay, e propuseram um novo modelo causal para os crimes em áreas urbanas (Figura 1), onde exibiram a estrutura sistêmica da comunidade e as taxas de criminalidade e delinquência.

Figura 1 - Modelo causal da versão ampliada da teoria de Shaw e McKay (1942)

Fonte: Adaptado de Sampson e Groves (1989, p. 783).

Os autores aplicaram uma pesquisa em bairros britânicos composta por dados primários e secundários. A estrutura comunitária fazia parte dos dados endógenos e foi observada por meio da aplicação de questionários, sendo dividida em 3 dimensões: as redes de amizades, analisadas por perguntas que buscavam captar quantos amigos o indivíduo tinha no bairro; o indicador de supervisão de adolescentes, buscavam saber o grau de facilidade/dificuldade que os adolescentes tinham para promoverem incômodos à vizinhança frente a possíveis sanções informais da comunidade; e a participação social, medida com base na frequência que as pessoas tinham de participar de atividades sociais e de lazer, principalmente à noite. As variáveis exógenas foram o *status* econômico, a estabilidade residencial e a heterogeneidade étnica.

Como resultados, Sampson; Groves (1989) observaram, de forma geral, que as questões de participação comunitária apresentam forte correlação com a incidência de crimes e delinquências, indo ao encontro da teoria da desorganização social e, portanto, validando-a. Quanto às dimensões propostas por eles, a de rede de amizades e a de controle de adolescentes se mostraram significantes, porém a dimensão de participação organizacional mostrou-se imprecisa, pois, a pesquisa não conseguiu mensurar se os indivíduos participavam de atividades das instituições da própria comunidade.

Em um trabalho mais robusto, Sampson, et al. (1997), por meio de um modelo probabilístico multinível, tentam explicar taxas de crime na cidade de Chicago correlacionando-as aos indicadores de controle social informal. Esse controle foi entendido como reações a desvios de comportamentos e não como intervenções de regulamentação formal ou por força de polícia ou tribunais. Os autores partiram da hipótese de que a eficácia coletiva, definida como a coesão social entre vizinhos, relacionada com a vontade de intervir em nome do bem comum ou coletivo, tem relações com a redução da violência.

Exemplos de indicadores de controle social informal, utilizado pelos pesquisadores, inclui o monitoramento na orientação de grupos lúdicos espontâneos entre crianças, quanto à intervenção por meio de atos de inibição da evasão escolar, prevenção de confrontos de pessoas que perturbem ou explorem o espaço público. A capacidade dos residentes de controlar grupos e processos de alto nível com base em sinais visíveis de desordem foi visto como um mecanismo chave que influenciava oportunidades de crime interpessoal em uma vizinhança.

Essa hipótese foi testada por Sampson, et al. (1997) em uma pesquisa realizada no ano de 1995 com 8.782 residentes de 343 bairros de Chicago. Análises multiníveis, feitas com dados primários de questionários aplicados em campo e utilizando a escala Likert, mostraram que medida de eficácia poderá trazer alta confiabilidade entre bairros e está negativamente associada a variações na violência, já que características em nível individual, como mensuração de erro e violência prévia são controlados. Por fim, associações entre a instabilidade residencial com a violência é amplamente mediada pela eficácia coletiva, confirmando princípios básicos da teoria da desorganização social.

No início do século XXI surgiram diversos trabalhos que tiveram como sustentação teórica os trabalhos da Escola de Chicago. Alguns deles buscaram preencher lacunas de trabalhos anteriores, com diferentes métodos e técnicas de análise e, estimularam novas abordagens da análise espacial do crime. Os estudos sobre vizinhança, agrupamentos e efeitos de transbordamentos mensurados por meio de estatísticas espaciais e econometria, são alguns exemplos. Assim, há diversas razões para que o crime esteja entre os assuntos a serem discutidos no âmbito da Geografia, e destacam a importância da análise gráfica e espacial do crime que apresenta uma infinidade de recursos básicos e aplicados

que podem responder inúmeras perguntas de pesquisa que ainda estão para serem abordadas (LEBEAU; LEITNER, 2011).

2 ABORDAGENS EMPÍRICAS DO CRIME - GEOGRAFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

O crime está nas discussões da Geografia não só porque se relaciona com outros fenômenos socioeconômicos ou pelo fato de envolver a ação humana, mas devido o crime possuir uma dimensão geográfica. Assim, é necessário compreender e conhecer os elementos e fenômenos que constituem esse espaço, incluindo as manifestações espaciais da criminalidade e da violência (GOMES, 2009).

Portanto, a criminalidade e a violência podem ser analisadas por meio das influências políticas, culturais, genéticas, socioeconômicas, ambientais e da produção do espaço, ou seja, é necessário estudar a forma como é produzido e caracterizado. Em pesquisas empíricas mais recentes que abordam a temática do crime na discussão da Geografia, em nível internacional, destaca-se o trabalho de Andresen (2006) que investigou a dimensão espacial do roubo de veículos na cidade de Vancouver, Canadá, em 1996.

O trabalho tem como sustentação a teoria da desorganização social e a teoria da atividade rotineira e emprega um procedimento de regressão espacial autorregressiva que explica a autocorrelação espacial entre as taxas de criminalidade e as características socioeconômicas por nível de setor censitário. Como resultados, foram evidenciados o alto desemprego (teoria da desorganização social) e a presença de população jovem (teoria da atividade rotineira) como preditores mais fortes da atividade criminosa.

Hewitt et al. (2018) usufruindo do suporte teórico da desorganização social, juntamente com a teoria entendida como do padrão criminal, utiliza fatores sociodemográficos, uso da terra, atratores específicos de crimes sexuais e variáveis ecológicas para prever áreas de disseminação com altas contagens de crimes sexuais em uma cidade canadense. Utilizando correlações estatísticas e regressões com distribuição de Poisson, os resultados mostraram que os crimes sexuais foram evidenciados em áreas de disseminação com porcentagens mais altas de mulheres, residentes masculinos e solteiros. Em termos ambientais,

também foi visto que áreas com maiores taxas de imóveis alugados e com a presença de bares e escolas, sofrem mais crimes.

A criminalidade violenta no Brasil ganhou destaque no campo geográfico na década de 1980, com destaque para o trabalho de Massena (1986), intitulado 'Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro', publicado na Revista Brasileira de Geografia. O estudo analisou a distribuição de quatro tipos de crimes: homicídio doloso consumado e tentado, estupro, lesão corporal e roubo e, justifica a sua escolha afirmando que representavam, na época, 31,62% do total registrado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1977 e 1980 (SANTOS, 2016).

Entre vários trabalhos no Brasil, encontra-se a pesquisa de Verona (2006), a qual discute a questão da 'Geografia do crime' e busca espacializar por bairros as diferentes categorias de crimes (furtos e roubos de veículos; roubos diversos - exceção de veículos; tráfico de entorpecentes e homicídio), relacionando-as a dados socioeconômicos (anos de estudo e renda) e equipamentos urbanos relacionados à integração social e lazer, bem como saúde e estrutura etária, indicando assim, a real preocupação da degradação da qualidade de vida nestes espaços e possibilitando a elaboração de propostas viáveis ao planejamento urbano para que permita melhorar a qualidade de vida dos cidadãos que vivem no Município de Jundiaí-SP, principalmente no que diz respeito à segurança pública.

Outro estudo relevante é o de Bordin (2007), o qual objetivou identificar as contradições que a cidade de Curitiba apresenta sob a ótica da violência urbana e da criminalidade e a delimitação de territórios segregados pela imposição da força de pessoas ou grupos de criminosos à população, além de discutir o processo de evolução urbana e como a violência e a criminalidade interferem na produção do seu espaço urbano. O trabalho utilizou a análise de dados sobre violência e criminalidade e buscou verificar a existência ou não de uma evolução nos registros criminais, utilizando dados oficiais das áreas de segurança pública, saúde (dados de mortalidade por causas externas) e reportagens de periódicos da capital paranaense, que propicie uma visão sobre a sensação de (in) segurança.

O trabalho de Diniz; Batella (2004) explora a aplicação de medidas clássicas de análise regional no estudo da criminalidade violenta nas Regiões de Planejamento de Minas Gerais, em 2003. Utilizam-se como fonte de dados as

ocorrências policiais registradas pela Polícia Militar de Minas Gerais. As modalidades de crime estudadas são: estupro, homicídio tentado e consumado e sequestro e cárcere privado. Os resultados apontam as regiões do Estado com as maiores concentrações das modalidades de crime e identificam os crimes que se apresentam mais espacialmente concentrados.

Já Santos (2009), que teve como objetivo propor discussões sobre o contexto da violência nos espaços vividos, percebidos e concebidos na/da cidade de Salvador, analisando a comparação de dois bairros considerados distintos socioeconomicamente, mas bem próximos geograficamente. Ao comparar contextos diferentes foi possível compreender as estratégias dos discursos hegemônicos sobre a localização da violência, produzindo reflexões mais aprofundadas sobre as paisagens e os lugares de Salvador. Os resultados demonstraram uma generalização do discurso da violência inibindo o conhecimento dos lugares intra e extra-bairro, além do encontro com o outro.

Batella; Diniz (2010) analisaram as condicionantes de crimes violentos em todo o estado de Minas Gerais, utilizando técnicas de mapeamento, com auxílio dos SIG, e de estatística espacial. Como resultados principais, foram observados por meio de teste de correlação estatística de Pearson uma maior significância nos crimes contra o patrimônio, onde os condicionantes como desenvolvimento humano, educação, riqueza e estrutura populacional foram os que apresentaram correlações mais fortes, com destaque para a estrutura populacional. Além disso, a partir da técnica Análise de Componentes Principais foi evidenciada a presença de três variáveis muito discutidas em estudos sobre criminalidade: população jovem (15 a 24 anos), população total e densidade demográfica.

O trabalho de Pereira, et al. (2017) investiga os determinantes do homicídio na cidade de Recife, considerando a teoria da desorganização social. Utilizaram dados de homicídios georreferenciados, no período de 2009 a 2013, e dados do Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), e analisaram o crime usando uma técnica de regressão espacial que controla a autocorrelação espacial e a heterocedasticidade por setor censitário.

Foram encontradas relações positivas para desigualdade, aluguéis e quantidade de pessoas e, relações negativas para renda, alfabetização, porcentagem de pessoas casadas, abastecimento de água, iluminação pública,

porcentagem de mulheres responsáveis pela casa e densidade populacional. Por fim, concluíram que a teoria da desorganização social fornece estrutura instrutiva para a compreensão de homicídios em Recife. Porém, existem especificidades para o Brasil, que são diferentes dos contextos vistos em estudos norte-americanos.

Essa divergência entre resultados de trabalhos aplicados no Brasil e as evidências das pesquisas americanas e europeias é destacada por Melo, et al. (2018), que contribuem com a discussão com a aplicação da teoria da desorganização social na cidade de Campinas. Foram considerados vários tipos de crimes violentos e contra o patrimônio e usaram os setores censitários como a unidade espacial de análise e utilizando o método de regressão espacial, tiveram resultados consistentes com as expectativas da teoria da desorganização social.

Constatou-se que setores com maiores níveis de riqueza, alfabetização e propriedade da casa, por exemplo, têm níveis mais altos de crime de propriedade. E quanto a crimes violentos, foram observadas diversas semelhanças com resultados das condicionantes do crime contra a propriedade, mas existindo algumas diferenças importantes, como é o caso do nível de renda.

Por fim, ainda em uma análise de pesquisas sobre Geografia do Crime no Brasil, sem desconsiderar outros estudos, vale citar o trabalho de Faria, et al. (2018), que fizeram um estudo exploratório sobre a dinâmica da violência urbana em Belo Horizonte com base em crimes de roubo no período de 2007 a 2013. Por meio de técnicas estatísticas de análise espacial, concluíram que os roubos apresentavam um padrão referente à concentração de crimes no hipercentro da capital, demonstrando uma correlação espacial com o uso e ocupação do solo referente ao uso comercial, que se mostrou como principal atrativo para o crime. Importante destacar, também, o livro organizado por Chagas et al. (2018) que é composto de capítulos produzidos por diversos autores brasileiros, nos quais abordam o crime e a violência na Geografia em diversas abordagens e vertentes com aplicações para cidades e estados brasileiros sendo que, na maioria dos casos, são estudos no Estado do Pará e em seus municípios.

3 A CRIMINALIDADE NOS TRABALHOS PUBLICADOS NO BRASIL

De maneira análoga ao trabalho de Melo; Matias (2016) e visando robustecer as discussões do crime e da violência na Geografia e em ciências

sociais aplicadas, foi realizado um levantamento bibliográfico sistemático em anais de encontros especializados destas áreas, acrescentando pesquisas nas áreas de estudos regionais e socioeconômicos. Como não existe um evento específico sobre a Geografia do Crime e da Violência ou de estudos regionais e socioeconômicos voltado exclusivamente para essa temática, optou-se por realizar buscas por trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais da ABER e da ANPEC.

Do mesmo modo, como não existe um periódico nacional voltado exclusivamente para essa temática, optou-se por três revistas tradicionais e com boa classificação no *Qualis* na área de geografia: Revista da ANPEGE (*Qualis* A2), Boletim Goiano de Geografia (*Qualis* A1) e Mercator (*Qualis* A1). O recorte temporal da análise foi no período de 2008 a 2017, pois se buscava evidências empíricas e condicionantes da criminalidade. Esse tempo compreende a realização de dez encontros da ANPEC, quatro encontros da ABER e os dez últimos anos dos periódicos selecionados.

No tratamento dos trabalhos selecionados foram analisados aspectos quantitativos e qualitativos sobre o número de artigos publicados em anais dos eventos da ABER e ANPEC, bem nos dos periódicos da ANPEGE, Mercator e Boletim Goiano de Geografia. Com a análise foi possível traçar um perfil dos estudos recentes realizados sobre o tema no Brasil e nas áreas de Geografia e de Estudos Regionais e Econômicos. Foram selecionados um total de 58 artigos (1,4%), considerados pertencentes à temática, em um conjunto de 4.170 trabalhos nas áreas propostas, tanto dos anais como dos periódicos pesquisados no período. A pesquisa foi feita por meio de busca das expressões 'crime', 'criminalidade' e 'violência' nos títulos e palavras-chave dos artigos.

Visando traçar um perfil da literatura pesquisada, após a leitura dos artigos, foi estruturado um banco de dados, que serviu como base para a criação de tabelas e o relacionamento entre os dados, facilitando a produção e análise de informações. Neste procedimento, foram criadas colunas que possibilitou filtrar as informações por título, ano, autor(es), instituição do(s) autor(es), local da publicação, estado do local do estudo de caso (quando havia), abordagens metodológicas predominantes e variáveis utilizadas. Com a intersecção foi possível qualificar e quantificar as informações por meio de tabelas de frequência, quadros explicativos e gráficos que demonstraram o cenário recente de pesquisa da temática sobre a criminalidade.

A priori, destaca-se que a maioria dos trabalhos analisados foram extraídos dos anais dos encontros da ABER e da ANPEC, correspondendo a 91,48%. Considerando os métodos de extração, não foi selecionado artigos dos periódicos: Mercator, Boletim Goiano de Geografia e GEOUSP. A revista da ANPEGE foi responsável pelos outros 8,62% da amostra. Optou-se por não pesquisar trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional da ANPEGE (ENANPEGE), mesmo que nos últimos anos, tenha um eixo temático intitulado 'Geografia do Crime e da Violência'. Isso se deve ao fato de que na literatura pesquisada, encontrou-se o trabalho de Melo; Matias (2016), que explorou como a temática da criminalidade e da violência vêm se desenvolvendo na área da Geografia em âmbito nacional.

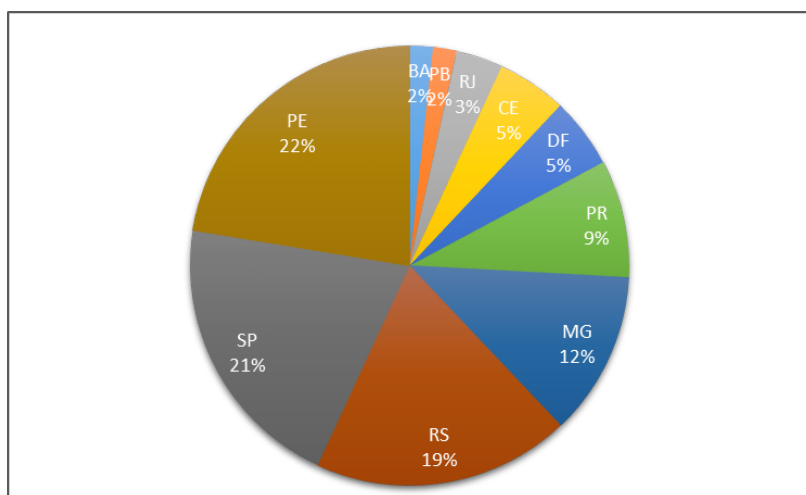
Neste artigo, foi feito um levantamento bibliográfico sistemático, de 2007 a 2015, em dois meios de divulgação de trabalhos científicos: anais do ENANPEGE e artigos em periódicos da área. O trabalho analisou aspectos quanti-qualitativos sobre o número de artigos publicados nos anais do ENANPEGE, realizados, sucessivamente, no Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Goiânia/GO, Campinas/SP e Presidente Prudente/SP, bem como, em artigos publicados nas revistas Geografia da UNESP, Rio Claro e GEOUSP, identificando a quantidade de publicações sobre a Geografia do Crime e da Violência em diversas abordagens.

Em relação aos trabalhos publicados nos anais dos últimos cinco ENANPEGE, os artigos apresentaram baixa proporção. Os 3.784 trabalhos levantados estão divididos em cinco volumes. Assim, foi possível inferir a tendência de que os trabalhos atrelados ao crime e a violência está crescendo. Pois, o total de artigos quase triplicou entre 2007 e 2015 e os de crime/violência foram de um percentual de 0,46% para 1,9%, no mesmo período (MELO; MATIAS, 2016).

Neste estudo, verificou-se que do total de 692 artigos publicados nos periódicos Geografia-UNESP e GEOUSP, entre 2007-2015, há números reduzidos de trabalhos relacionados com a Geografia do Crime/Violência. A revista Geografia-UNESP publicou noventa artigos a mais que a GEOUSP, no entanto, em percentuais, o primeiro periódico publicou 1,28% de trabalhos com essa temática, contra 2,65% da GEOUSP (MELO; MATIAS, 2016). Observou-se, também, concentração de 21 trabalhos de autores oriundos de instituições do estado de São Paulo, seguidos de nove de Minas Gerais, sete do Paraná, cinco do Rio de Janeiro e cinco de Pernambuco. Comparando os resultados deste artigo com os obtidos

agora, constata-se que a temática do crime/violência, além de ser discutida em outras áreas, como os eventos de estudos regionais e socioeconômicos, também apresenta maior desconcentração geográfica. A Figura 2 mostra o percentual de autores, por estado que trabalham com a temática crime/violência.

Figura 2 - Localização das instituições/autores de pesquisas sobre crime/violência

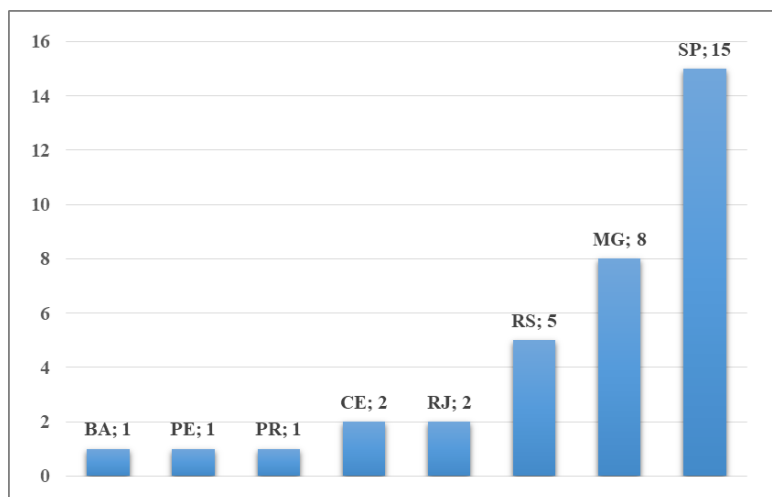


Fonte: Elaboração dos autores (2021).

O Nordeste apresenta quatro estados que publicaram artigos com a temática crime/violência e, Pernambuco teve o maior número de publicações, com 13 pesquisas no total. No entanto, a região Sudeste, com três estados, apresentou maior número de trabalhos produzidos sobre o tema, sendo responsável por, aproximadamente, 36% dos trabalhos selecionados por essa pesquisa.

Dos 58 trabalhos científicos identificados na pesquisa, apenas dois não apresentaram um estudo de caso para uma localidade específica. Os que o fizeram, tiveram como objeto de estudo municípios, estados e o Brasil. Não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse aplicações em países estrangeiros. Dentre os trabalhos treze fizeram abordagem em nível de país; apenas um trabalho teve caráter regional e abordou a região Nordeste do Brasil e sete realizaram estudos de âmbito municipal, tendo destaque para a cidade de Recife, com dois trabalhos. A maioria dos trabalhos, aproximadamente 58%, realizou alguma abordagem estadual, conforme Figura 3, abaixo.

Figura 3 - Total de pesquisas com estudos de caso por Estado



Fonte: Elaboração dos autores (2021).

São Paulo se destaca como o estado que mais realizou pesquisa sobre crime/violência e juntamente com Minas Gerais e Rio de Janeiro deixa a região sudeste como a mais escolhida pelos pesquisadores. Não foi analisado nenhum estudo que abordasse estados das regiões Norte e Centro-Oeste. Os resultados obtidos se aproximaram dos encontrados por Melo; Matias (2016) e nota-se que estados considerados mais violentos, como a Bahia, que registrou 6.012 homicídios no ano de 2015 e Maranhão que, no período de 1996 a 2015, teve crescimento de 571,63%, os maiores índices, conforme dados do Atlas da Violência do IPEA (2019), aumento que não foi representado nos estudos. Já o estado de São Paulo registrou a maior queda no total de homicídios, sendo de 55,95%.

No trabalho de Melo e Matias (2016) foram analisadas as categorias da Geografia presentes nas pesquisas a fim de identificar quais eram mais frequentes. Notou-se que espaço foi a categoria mais frequente do grupo. Seu uso foi comum para mais de um tipo de abordagem - cartográfica/ecológica, estudo de caso, bibliográfica e cultural. Já a categoria território foi notada em 16 trabalhos, sendo bem específico para uma chamada abordagem territorial, que utiliza outros conceitos, como poder e força, e derivações como territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Na revisão de literatura aqui realizada, considerando artigos publicados em periódico da ANPEGE, nos anos de 2011 a 2016, notou-se que alguns trabalhos tentaram explicar a violência de uma forma territorializada buscando indicadores

qualitativos, destacando-se os trabalhos de Fioravante; Silva (2011), Ataíde; Guimarães (2012), Santos (2015), Melo; Matias (2016) e Santos (2016).

A abordagem territorial tem sido uma constante não apenas em estudos da Geografia do Crime e da Violência, mas na Geografia Humana como um todo. Dos 58 analisados, apenas seis apresentaram a pesquisa qualitativa como procedimento metodológico, sendo que todos foram publicados em edições do periódico da ANPEGE, entre os anos de 2011 e 2016 e, apresentaram abordagens descritivas e/ou analíticas.

Em suma, os trabalhos em sua maioria, buscaram explicar a violência e suas relações com a formação e caracterização dos territórios. Já a espacialização da criminalidade bem como a análise das correlações entre crime e outras várias socioeconômicas foram realizadas por meio de uma análise exploratória de dados, da análise multivariada, bem como por meio do uso de modelos econométricos espaciais e regressões ponderadas geograficamente, que se configuram como métodos de pesquisa quantitativa.

Ainda com base na revisão de literatura apresentada neste trabalho, foram filtrados trabalhos que abordassem técnicas de estatística multivariada, Análise Exploratória de Dados Espaciais e modelagem econométrica espacial, em seus métodos de análise, com enfoque em estudos que tratassem efeitos de transbordamentos entre áreas. Os trabalhos selecionados foram tabulados por título, autor (es), variável (eis) dependente (s), variáveis explicativas, base de dados utilizada, procedimento metodológico e principais resultados.

Verificou-se que pesquisadores de instituições de Pernambuco apresentaram maior frequência nas autorias, sendo quatro trabalhos. Porém São Paulo foi o mais utilizado em estudos de caso, sendo analisado em quatro trabalhos. Dos 15 trabalhos, apenas 1 tratou de crimes ambientais contra a Flora. Os demais tiveram como variável dependente (a ser explicada) as taxas de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa.

Quanto a publicação dos trabalhos, notou-se que oito dos 15 foram publicados no encontro da ABER, sendo que seis tiveram abrangência estadual em seu estudo. E regiões metropolitanas foram abordadas no âmbito de análises estaduais, como os trabalhos de Gomes et al. (2015) e Garcia Neto et al. (2017), que discutiram as taxas de crime nos estados de Minas Gerais e São Paulo,

respectivamente. No entanto, nenhum dos trabalhos abordou de forma específica uma área metropolitana ou regiões integradas de desenvolvimento.

Os trabalhos analisados nos anais de eventos e revistas, contaram com procedimentos metodológicos que incluem técnicas de análise multivariada, por meio de Análise de Conglomerados e Análise Fatorial que explicam a distribuição da criminalidade por meio da composição de indicadores e agrupamentos categóricos ou hierárquicos de áreas baseadas em taxas de crimes e outras variáveis socioeconômicas, nesse caso vale destacar os trabalhos de Plassa; Parré (2015) e Castro; Silveira (2013).

Todos os trabalhos exploram os dados espaciais em análises de áreas, pois, não apresentaram dados que possibilitem identificar os pontos específicos de ocorrências de crimes e, a maioria, assim como os de Araújo; Vieira (2017) e Almeida; Guanziroli, (2013), adotaram a Análise Exploratória de Dados Espaciais para identificar os padrões geográficos dos crimes nas áreas em estudo, na qual verifica se há dependência espacial entre áreas, ou seja, se há autocorrelação espacial positiva que explique efeitos em variáveis dependentes gerados por relações de vizinhança.

Após a confirmação da existência da dependência espacial, a determinação das variáveis condicionadas ao crime e dos *spillovers* gerados por áreas vizinhas, em grande parte dos trabalhos utilizaram modelos de regressão espacial, os quais adotam, em sua maioria, dados em *cross-section* estimados por modelos dos tipos *Spatial Autoregressive (SAR)* e *Spatial Error Models (SEM)*. Apenas o trabalho de Uchôa; Menezes (2012), que utilizou a estimação com dados em painel, capta a autocorrelação espacial por meio da variável dependente desfasada ou de resíduos e, sua influência na dinâmica de crimes em estados brasileiros.

A taxa de homicídio por 100 mil habitantes foi a variável com maior número de observações e, na maioria dos trabalhos, esse dado foi extraído das Secretárias de Segurança Pública estaduais ou do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), essa última fonte com maior frequência. Todavia, os trabalhos de Gomes et al. (2015), Gaulez; Maciel (2015) e Carrets, et al. (2016) analisam crimes contra o patrimônio como questão a ser explicada tendo a taxa de roubos como

variável dependente, fornecidas pelas instâncias estaduais de segurança pública. As variáveis explicativas ou de controle, em grande parte dos trabalhos, foram fornecidas por instituições locais de pesquisa e pelo IBGE.

Considerando os resultados, vale ressaltar a existência de correlação positiva entre taxa de crimes patrimoniais e Produto Interno Bruto (PIB) per capita, densidade demográfica, coeficiente de Gini e o índice FIRJAN (GARCIA NETO et al., 2017), a proporção de estabelecimentos não-residenciais em relação ao total de estabelecimentos de bairro tem uma relação positiva com a criminalidade e a concentração de domicílios residenciais e está associada a taxas de homicídios mais baixas (CRUZ; et al., 2013) e o grau de urbanização afeta positivamente a criminalidade. Assim, o crime contra o patrimônio ocorre onde o retorno esperado é maior. O que se pode afirmar, portanto, é que a criminalidade é maior em regiões mais urbanizadas, mais densamente ocupadas e com maior nível de renda.

CONSIDERAÇÕES

A variabilidade geográfica dos estudos sobre a criminalidade no campo da Geografia brasileira demonstra que esse é um fenômeno espreado por todo o país. Por sua vez, a complexidade do problema e a profusão de dados e variáveis necessárias para a realização de trabalhos dessa natureza, explica a importância do emprego de métodos quantitativos no tratamento dos dados. Porém, mais importante que isso, destaca-se o fato de que esses resultados permitem a compreensão da abrangência espacial do problema e, desta forma, podem nortear políticas públicas voltadas ao seu combate.

Com base nas discussões elaboradas por meio da revisão sistêmica de literatura, dos trabalhos pertinentes à temática que discutem as relações espaciais do crime, chama a atenção a ausência de análises que abordem as condicionantes do fenômeno em regiões integradoras, como as regiões metropolitanas e as denominadas regiões de desenvolvimento, criadas visando uma melhor governança regional, que possibilite dirimir possíveis efeitos e consequências de problemas associados ao aumento urbano de centros que circundam cidades polarizadoras e centralizadoras de serviços públicos e privados.

E a abordagem regional da violência urbana pode apontar causas relacionadas a questões socioeconômicas discrepantes no interior de uma região,

sua sede e seu entorno, podendo hipoteticamente estar relacionada a variáveis que demonstram segregações socioespaciais e alta desigualdade, além de desvinculadas dos pressupostos iniciais de uma região integrada. Neste sentido, essa lacuna aponta para a necessidade de novos estudos, que se dediquem a compreender o fator criminalidade no cerne dessa realidade geográfica-urbana cada vez mais comum.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. S. de & GUANZIROLI, C. E. Análise exploratória espacial e convergência condicional das taxas de crimes em Minas Gerais nos anos 2000. In: Anais do XLI Encontro Nacional de Economia. ANPEC, Foz do Iguaçu. 2013.
- ANDRESEN, M. A. Crime measures and the spatial analysis of criminal activity, *British Journal of Criminology*, v. 46, n. 2, p. 258-285, 2006.
- ARAÚJO, V. de. C.; VIEIRA, D. de S. K. 2017. Determinantes da criminalidade nos municípios paulistas: uma análise espacial. In: Anais do XV Congresso da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. ENABER, São Paulo. 2017.
- ATAÍDE, M. A. DE; GUIMARÃES, J. V. Juventude (s), violência urbana e periferia em São Paulo: a cidade e suas contradições. *Revista da Anpege*, v. 8, n. 10, p. 33–49, 2012.
- BATELLA, W.B. e DINIZ, A.M.A. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de minas gerais. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (1): 151-163, abr. 2010.
- BORDIN, Marcelo. Geografia do crime em Curitiba: a produção de espaços segregados pela violência. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2007.
- CARRETS, F. D.; OLIVEIRA, J. de; MENEZES, G. R. A Criminalidade no Rio Grande do Sul: Uma Análise Espacial para anos de 2005, 2010 e 2015.. In: Anais do XIV Congresso da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. ENABER, Aracajú. 2016.
- CASTRO, T. E. de.; SILVEIRA, I. M. Perfil da Criminalidade em Minas Gerais: Uma Aplicação de Análise de Agrupamento. In: Anais do XI Congresso da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. ENABER, Foz do Iguaçu. 2013.
- CHAGAS, C. A. N. et al. (Orgs.). Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

CRUZ, G. T.; MENEZES, T. A. de.; RATTON JUNIOR, J. L. de A. Estudo da Criminalidade Violenta na Cidade do Recife: O Espaço realmente é relevante? In: Anais do XLI Encontro Nacional de Economia. ANPEC, Foz do Iguaçu. 2013.

DINIZ, A.M.A e BATELLA, W.B. Criminalidade violenta nas regiões de planejamento de Minas Gerais: uma abordagem quantitativa. 2004. In: Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 14, n. 23, p. 51-72, 2º sem. 2004.

FARIA, A. P de; ALVES, D. F. C.; ABREU, J. F. Análise espacial aplicada ao estudo do crime: uma abordagem exploratória da distribuição dos atrativos para o crime no espaço urbano de Belo Horizonte. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 28, n. 55, p. 1006-1020, out. 2018.

FELIX, S. A. Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias. 1 ed. Marília: Marília-Unesp-Publicações, 200 p. 2002.

FIORAVANTE, K. E.; SILVA, J. M. Criminalidade feminina, perfil e processo de re-inserção socioespacial de egressas do sistema penitenciário de ponta grossa – Pr. Revista da Anpege, v. 7, n. 7, p. 61–82, 2011.

GARCIA NETO, A. S. et al. Análise Espacial dos Crimes Contra o Patrimônio no estado de São Paulo. In: Anais do XV Congresso da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. ENABER, São Paulo. 2017.

GAULEZ, M. P.; MACIEL, V. F. Determinantes da Criminalidade no estado de São Paulo: Uma Análise Espacial de Dados em Cross-Section. In: Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, Florianópolis. 2015.

GOMES, C. E. et al. Determinantes do Crime nos Municípios de Minas Gerais e seus possíveis Spillovers Espaciais. In: Anais do XIII Congresso da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. ENABER, Curitiba. 2015.

GOMES, P. C. da C. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco e outros. Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. pp. 13-30.

HARRIES, K. D., Rejoinder to Richard Peet: “the geography of crime: a political critique”. *The Professional Geographer*, 27:3, 280-282, 1975.

HARRIES, K. D. Spatial aspects of violence and metropolitan population. *The Professional Geographer* 25:1–6, 1973.

HARRIES, K. D. The geography of American crime, 1968. *Journal of Geography* 70:201–17, 1971.

HEWITT, A. N. et al. Identifying the nature of risky places for sexual crime: The applicability of crime pattern and social disorganization theories in a Canadian context. *Journal of Criminal Justice*, 57, 35-46, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) & FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da Violência 2019. Brasília: IPEA, 2019.

LEBEAU, J. L. e LEITNER, M. Introduction: Progress in Research on the Geography of Crime, *The Professional Geographer*, 63:2, 161-173, 2011.

LEE, Y. A Rejoinder to “the geography of crime: a political critique”. *The Professional Geographer*, 27:3, 284-285, 1975.

MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p.285-330, jul./set., 1986.

MELO, S.N.; ANDRESEN, M.A. e MATIAS, L.F. Repeat and near-repeat victimization in Campinas, Brazil: new explanations from the Global South. *Security Journal*, v. 31, p. 364–380, 2018.

MELO, S. N. de; MATIAS, L. F. Geografia do crime e da violência no Brasil entre 2007 a 2015. *Revista da Anpege*, v. 12, n. 19, p. 146–165, 2016.

PARK, R. E; BURGESS, E. e MCKENZIE, R. *The City. Suggestions for the Investigation of Human Nature in the Urban Environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PEET, R. Further comments on the geography of crime. *The Professional Geographer* 28, 96-100, 1976.

PEET, R. The geography of crime: A political critique. *The Professional Geographer*, 27:277–280, 1975.

PEREIRA, D.V.S., MOTA, C.M.M., & ANDRESEN, M.A. The homicide drop in Recife, Brazil: A study of crime concentrations and spatial patterns. *Homicide Studies*, 21(1), 2017, 21 - 38.

PHILLIPS, P. D. Radical Theory, Relevance, and the Geography of Crime, *The Professional Geographer*, 27:3, 283-284, 1975.

PLASSA, W; PARRÉ, J. L. A Violência no Estado do Paraná: Uma Análise espacial das Taxas de Homicídios e de Fatores Socioeconômicos. In: *Anais do XIII Congresso da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. ENABER, Curitiba. 2015.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio C. R. (org). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. P. 54-107.

SAMPSON, R. J., e GROVES, W. B. Community structure and crime: testing socialdisorganization theory. *American Journal of Sociology*, 94: 774-802, 1989.

- SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. *Science*, v. 277, n. 5.328, p. 918-924, ago. 1997.
- SANTOS, M. A. F. A geografia dos crimes violentos em uberlândia-mg. *Revista da Anpege*, v. 12, n. 19, p. 166–182, 2016.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, C. A. dos. A violência no contexto dos espaços vividos, Percebidos e concebidos na cidade de salvador: estudo de caso nos bairros da pituba e nordeste de amaralina. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SANTOS, M. A. F. Territórios do crime No Espaço Urbano E Mecanismos De Prevenção. *Revista da Anpege*, v. 11, n. 16, p. 325–341, 2015.
- SHAW, C. R; MCKAY, H. D. Juvenile delinquency in urban areas. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1942.
- TUAN, Yi-Fu. Humanistic geography. *Annals of the Association of American Geographers*. 66 (2): 266-276, 1976.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.
- UCHÔA, C. F.; MENEZES, T. A. de. 2012. Spillover Espacial da Criminalidade: Uma Aplicação de Painel Espacial para os estados Brasileiros. In: *Anais do XL Encontro Nacional de Economia*. ANPEC, Porto de Galinhas. 2012.
- VERONA, J. A. Geografia do crime e contribuição ao planejamento sócioespacial do município de Jundiá – SP. 2006. 167f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e ciências exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2006.
- VOLD, G. B.; BERNARD, T. J.; SNIPES, J. B. Theoretical criminology. New York: Oxford University Press, 1998.